

Valorização Ambiental de um Povoamento de Castanheiro

Andrade, M.P.¹, Nunes, L.F.², Patrício, M.S.², Monteiro, M.L.², Iadanza, E.¹

¹ Departamento de Economia e Sociologia Rural, Instituto Politécnico de Bragança, ESA. Campus de St^º. Apolónia, Apartado 172, 5301-855, Bragança.

² Departamento Florestal, Instituto Politécnico de Bragança, ESA. Campus de St^º. Apolónia, Apartado 172, 5301-855, Bragança.

Introdução

Na actualidade, o interesse em abordagens integradas de temas sociais e naturais, particularmente aqueles relacionados com a interacção entre economia e ambiente, tem vindo a aumentar. Esse interesse surge na perspectiva de um desenvolvimento sustentado, que possibilite a conservação e perpetuação com qualidade, para as gerações futuras. Neste sentido, a incorporação do conceito de externalidade, da teoria económica, nas análises ambientais e dos recursos naturais tem sido um passo fundamental. Neste trabalho, avaliam-se as externalidades ambientais que ocorrem quando a actividade de um agente provoca um ganho ou uma perda de bem-estar no outro e este ganho ou perda de bem-estar não é compensado (Pearce and Turner, 1990). Tendo como base este conceito, propusemo-nos a calcular o valor económico ambiental de um povoamento de castanheiro situado no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Metodologia

Área de estudo



Figura 1. Localização da área de estudo

Tabela 1. Principais características da área de estudo

Local	Latitude (N) Longitude (W)	Altitude (m)	Exposição	Declive (°)	Solo	Zona Ecológica (a)
Vale do Carro	41° 31' 47" (N) 7° 35' 22" (W)	830	N-NE	29	Regossolos	Montano (SA)

(a): Alves (1988)

O objecto de estudo neste trabalho é um povoamento de castanheiro (*Castanea sativa*) em regime de alto fuste, situado num Baldio da serra da Padrela, concelho de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real (Figura 1). Em termos de povoamentos, este é o local com maior expressão de entre os locais referenciados como espaços florestados e conduzidos em alto fuste, apresentando uma área de 2.9 hectares. Este, foi submetido a corte final aos 65 anos de idade em 2003, deixando sementões para regeneração do povoamento, protecção do solo e redução do impacto visual paisagístico provocado por cortes rasos.

Método

O método utilizado foi o da valorização contingente (Oyarzun, 1994). A aplicação do método consiste em questionar directamente os actores envolvidos sobre quanto estariam dispostos a pagar por um benefício e/ou quanto estariam dispostos a receber em compensação por suportar um dano. Elaborou-se um inquérito que foi respondido maioritariamente pelos habitantes da aldeia de Bornes de Aguiar, por serem aqueles que mais próximos estão do povoamento de castanheiro do Vale do Carro (Figura 2). Foi ainda inquirido um elemento do Conselho Directivo do Baldio vizinho (Vila Meã), cujas populações também frequentam a zona, embora com menos frequência. No total foram inquiridos aleatoriamente 20 indivíduos, correspondendo a 20 agregados familiares, cerca de 10% da população. Cada entrevista teve a duração média de 40 minutos, levadas a cabo entre o final de 2004 e o início de 2005.



Figura 2. Equipa da ESAB no terreno

Resultados e Discussão

• 100% dos inquiridos acha que o povoamento de castanheiro do Vale do Carro contribui para o bem-estar da população local. Quando se pergunta "de que forma?", a distribuição das respostas é a que se apresenta na Figura 3:



Figura 3. Formas de contribuição do povoamento para o bem-estar da população local

• A totalidade dos inquiridos acha que o povoamento de castanheiro em estudo deve dar origem a um novo povoamento da mesma espécie, preferencialmente por regeneração natural, aproveitando a semente (Figura 4).

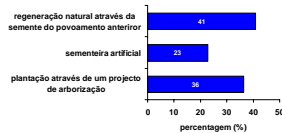


Figura 4. Opiniões sobre as formas de obtenção de um novo povoamento de castanheiro

• 78% dos inquiridos estão dispostos a pagar para visitar/entrar no povoamento de castanheiro (Figura 5). Entre a fracção que responde "sim", a grande maioria pagaria no máximo até 5 €.

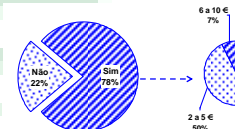
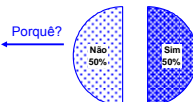


Figura 5. Disponibilidade de pagar para visitar o povoamento de castanheiro

• No que diz respeito à disponibilidade de pagar anualmente no imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) uma dada quantia para ajudar na conservação do povoamento, há 50% de respostas afirmativas (Figura 6).

- Já paga demasiados impostos
- Não tem rendimento suficiente para poder pagar
- A responsabilidade de conservação cabe ao Estado que deve gerir melhor os impostos já pagos



- É importante conservar para poder visitar
- É importante conservar o local porque fornece lenha, castanha e pastoreio para os animais
- É importante evitar a degradação do ambiente da zona

Figura 6. Disponibilidade de pagar o IRS para ajudar na conservação do povoamento

• Analisou-se a relação entre a disposição de pagar e as variáveis socio-económicas idade, grau de escolaridade, nível de rendimento e situação profissional, através de testes de independência em tabelas de contingência. Por não estarem reunidas as condições que garantiam a distribuição Qui-quadrado da estatística de teste (χ^2), recorreu-se à simulação de Monte Carlo (Figura 7). Verificou-se haver independência entre as variáveis socio-económicas consideradas e a disponibilidade para pagar, quer para visitar o povoamento, quer o IRS para ajudar à conservação do povoamento.

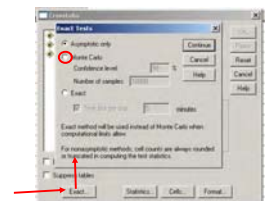


Figura 7. Teste do Qui-quadrado com simulação Monte Carlo (SPSS)

Considerações Finais

Verificou-se opinião unânime quanto à contribuição do ecossistema estudado para o bem-estar da população local, devendo ser perpetuado com castanheiro, sobretudo com recurso à regeneração natural. O castanheiro é preferido relativamente a outras espécies, nomeadamente o pinheiro e o carvalho. As quantias monetárias que resultam da venda da madeira e a possibilidade de criação de emprego, associada à actividade de exploração lenhosa, são apontados como factores importantes para o desenvolvimento económico da região. A maioria da população está disposta a pagar, se necessário, para continuar a usufruir deste ecossistema. Não se encontrou dependência entre as variáveis idade, grau de escolaridade, rendimento e situação profissional com a opção de pagar.

Referências Bibliográficas

Alves, A.M. 1988. Técnicas de Produção Florestal. Instituto Nacional de Investigação Científica. 2ª Edição, Lisboa.
Oyarzun, D.A. 1994. Valoración económica de la calidad ambiental. Mc Graw-Hill, Madrid.
Pearce, D.W. and Turner, R.K. 1990. Economics of Natural Resources and the Environment. First Edition. Prentice Hall, London.



Um especial agradecimento ao Sr. Fernando dos Olmos, Presidente do Conselho Directivo do Baldio de Bornes de Aguiar